

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em Apuração

Origem: PJ de Melgaço

Assunto: Apurar a regularidade do procedimento de licenciamento ambiental do Projeto Fazenda Tonelada bem como sua execução conforme estabelecido em licença ambiental.

1.2.8. Processo nº 000152-940/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará, Associação dos Moradores da Folha 25

Requerido(s): Superintendência de Desenvolvimento Urbano - SDU

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar supostas irregularidades no processo de regularização e transferência de terreno em Marabá.

1.2.9. Processo nº 000318-151/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fundação Carlos Gomes - FCG

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Convênio nº 240/2010, celebrado entre a Fundação Carlos Gomes (FCG) e a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

1.3. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO:

1.3.1. Processo nº 000059-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará, AAPBelém

Requerido(s): Fundação de Telecomunicações do Pará - FUNTELPA

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possíveis irregularidades praticadas pela FUNTELPA - TV Cultura, quanto à abusividade dos valores cobrados para a disponibilização de arquivos de seu acervo, em descompasso com a prática adotada de fornecimento gratuito de imagens de interesse público.

1.3.2. Processo nº 000720-040/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Bar da Vânia (Número 01), Bar da Palmeiras (Número 03), Bar da Flamengo (Número 02)

Origem: 6º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar suposta prática de poluição sonora ocasionado pelos permissionários Bar da Vânia, Bar das Palmeiras e Bar do Flamengo, todos localizados na Praça do Estrela, no município de Castanhal (PA).

1.3.3. Processo nº 000296-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): UMS Cotijuba, Alessandra Gemaque de Queiroz

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa cometidos pelos servidores Eduardo dos Santos Paraense, Assistente Administrativo da SESMA e Alessandra Gemaque de Queiroz, Assessora Superior, lotados na UMS da Ilha de Cotijuba.

1.3.4. Processo nº 001482-147/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em apuração

Origem: 2º PJ de São Félix do Xingu

Assunto: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa decorrente da nomeação de Eldo Ribeiro Gomes para cargo de assessor em órgão do Poder Executivo do Município de São Félix do Xingu/PA.

1.3.5. Processo nº 000635-940/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Bom Jesus do Tocantins - Prefeitura Municipal

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar a ocorrência de ato de improbidade administrativa na realização e execução do Processo Licitatório nº. 007/2014-014-PMBJT, cujo objeto é execução de recuperação do trecho cortado com pontilhão nas vicinais da Água Morta e Gaúcha no município de Bom Jesus do Tocantins.

1.3.6. Processo nº 047971-003/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marabá, Secretaria Municipal de Educação de Marabá - SEMED

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa relativo ao não pagamento da gratificação de 50%, prevista em lei orgânica aos profissionais de educação especial, lotados na Secretaria Municipal de Educação de Marabá.

1.3.7. Processo nº 000154-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar a destinação a ser dada ao edifício Maria de Lourdes, localizado na Av. Presidente Vargas, nº 413, de propriedade do município de Belém, o qual está há muitos anos em completo abandono.

1.3.8. Processo nº 000168-151/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Guido Souza Teixeira, Karine Barbosa Soares e Maura Janete Cavalcante de Almeida

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possível discriminação na distribuição de merenda escolar, supostamente ocorridas na escola estadual de ensino fundamental e médio Santa Luzia, priorizando os alunos do programa "Mais Educação", em detrimento dos outros.

1.3.9. Processo nº 000234-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Eduardo Dias de Souza

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possível acúmulo ilícito de cargos públicos por Eduardo Dias de Souza, em razão de supostamente exercer função de fisioterapeuta no Estado do Amapá e servidor efetivo lotado no Hospital Abelardo Santos

no Estado do Pará.

1.3.10. Processo nº 000334-087/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): JC Produções e Representações LTDA, Prefeitura Municipal de São João do Araguaia

Origem: PJ de São João do Araguaia

Assunto: Apurar supostos vícios para a realização da licitação de nº 9/2015-16-PMSJA, na modalidade pregão presencial, tendo por objeto materiais e serviços gráficos em geral.

1.4. Processos de Relatoria do Conselheiro FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA:

1.4.1. Processo nº 000008-383/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia, Igreja Assembleia de Deus CIADSETA, a Coletividade

Origem: PJ de São Geraldo do Araguaia

Assunto: Apurar o suposto uso indevido de recursos públicos na doação de uma ambulância à Igreja Assembleia de Deus, Município de São Geraldo do Araguaia.

1.4.2. Processo nº 006433-031/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Santarém

Origem: 9ª PJ de Santarém

Assunto: Apurar a suposta contratação de temporários sem a correspondente criação do cargo por lei, no município de Santarém.

Belém, 16 de setembro de 2021

WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MPPA

OBS: Quaisquer requerimentos devem ser feitos por meio do endereço eletrônico

Protocolo: 705503

EXTRATO DA PORTARIA Nº 011/2021 - MP/PJU: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, neste ato representado pelo Promotor de Justiça de Uruará-PA, determina a instauração do presente Inquérito Civil que objetiva apurar a autoria e materialidade de danos ambientais a partir da análise dos dados de alerta de desmatamentos levantados pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON, com referência à circunscrição do município de URUARÁ-PA, a partir do mês de maio/2020. O mencionado procedimento se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Uruará-PA, situada na Rua Marquês de Tamandaré, s/n - Bairro Migrantes, CEP 68140-000, Uruará/PA. DIRK COSTA DE MATTOS JUNIOR, PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR DE URUARÁ-PA (PORTARIA nº 1.173/2021-MP/PJ).

Protocolo: 705581

EXTRATO DA PORTARIA Nº 012/2021 - MP/PJU: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, neste ato representado pelo Promotor de Justiça de Uruará-PA, determina a instauração do presente Inquérito Civil que objetiva apurar a autoria e materialidade de danos ambientais a partir da análise dos dados de alerta de desmatamentos levantados pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON, com referência à circunscrição do município de PLACAS-PA, a partir do mês de maio/2020. O mencionado procedimento se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Uruará-PA, situada na Rua Marquês de Tamandaré, s/n - Bairro Migrantes, CEP 68140-000, Uruará/PA. DIRK COSTA DE MATTOS JUNIOR, PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR DE URUARÁ-PA (PORTARIA nº 1.173/2021-MP/PJ).

Protocolo: 705583

PORTARIA INQUÉRITO CIVIL 019/2021-MP/3ªPJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Marituba titular, Dra. PRISCILLA TEREZA DE ARAÚJO COSTA MOREIRA, no uso de suas atribuições de defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais, do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Marituba, vem no pleno uso de suas funções previstas no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o art. 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/1985, art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993, com base no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e na Resolução 23/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve instaurar o presente Inquérito Civil SIMP nº. 001237-025/2021.

INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE MARITUBA

INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OBJETO DA APURAÇÃO: Promover a coleta de informações e demais diligências, no sentido de apurar possível prática de irregularidades no quantitativo significativo de cargos comissionados e temporários na Prefeitura Municipal de Marituba, em decorrência da não realização de concurso público, em violação ao artigo 37, inciso II da Constituição Federal de 1988. PRISCILLA TEREZA DE ARAÚJO COSTA MOREIRA (3ª Promotora de Justiça Cível e de Defesa dos demais Direitos Constitucionais Fundamentais, do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Marituba)

Protocolo: 705609

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DA PORTARIA Nº 007/2021-MPPA/PJO

A Promotoria de Justiça de Óbidos/PA, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso VII da Constituição Federal de 1988; art. 182, inciso VII Constituição do Estado do Pará de 1989; art. 52, IX da Lei Complementar Estadual nº 057/2006; e das disposições constantes da Resolução nº 011/2011 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará; do Provimento Conjunto nº. 01/2018-MP/PGJ/CGMP e Recomendação n. 003/2021-MP/CGMP, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 001117-178/2021, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Óbidos, situada na Praça Barão do Rio Branco, s/n, Centro, CEP 68250-000, Óbidos - PA.

PORTARIA nº 007/2021-MPPA/PJO

Requerido: O Estado do Pará

Assunto: Fiscalizar as políticas públicas do Estado do Pará e seus servidores relacionadas à existência, estrutura física e de recursos humanos e quanto às atribuições da Delegacia de Polícia Civil de Óbidos.

Protocolo: 705600